ISSN: 2358-8829

CURRÍCULO, COLONIALIDADE E INVISIBILIZAÇÃO: OS POTIGUARA DA PARAÍBA NA BNCC E OS DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Aran de Macedo silva[1]
Patrícia Cristina de Aragão [2]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o ensino de História no Brasil passou por importantes transformações decorrentes da ampliação dos debates sobre diversidade cultural, direitos humanos e educação das relações étnico-raciais. A promulgação da Lei nº 11.645/2008 representou um marco nesse processo ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em toda a educação básica. A legislação reconheceu que a narrativa histórica ensinada nas escolas brasileiras foi construída, durante muito tempo, a partir de uma perspectiva predominantemente eurocêntrica, relegando povos indígenas e populações afro-brasileiras a posições secundárias ou estereotipadas na formação histórica nacional. A publicação da Base Nacional Comum Curricular constituiu outro momento decisivo das políticas educacionais brasileiras ao definir competências e habilidades consideradas essenciais para a Educação Básica. Embora o documento incorpore princípios relacionados à diversidade cultural, à cidadania e ao reconhecimento das diferenças, sua organização curricular suscita importantes questionamentos acerca da forma como determinadas experiências históricas são selecionadas, organizadas e legitimadas. Afinal, reconhecer a diversidade não significa, necessariamente, garantir a representação das múltiplas experiências históricas que compõem a sociedade brasileira.

Nesse contexto, torna-se particularmente relevante refletir sobre a presença — ou a ausência — dos povos indígenas do Nordeste na construção do currículo nacional. Durante décadas, a historiografia tradicional consolidou uma imagem dos povos indígenas nordestinos como grupos assimilados, desaparecidos ou restritos ao período

[1] Graduando do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba l - UEPB, macedo.aran@aluno.uepb.edu.br;
[2] Professora do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual Da Paraíba - UEPB, patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br;

ISSN: 2358-8829

colonial. Essa perspectiva influenciou não apenas a produção do conhecimento histórico, mas também a elaboração dos currículos escolares, contribuindo para a permanência do chamado "índio do passado" como representação predominante no ensino de História.

Entre esses grupos encontram-se os Potiguara, povo originário localizado no litoral norte da Paraíba, cuja trajetória histórica evidencia processos contínuos de resistência, reorganização territorial, afirmação identitária e luta pela garantia de direitos constitucionais. Apesar de constituírem um dos povos indígenas mais expressivos do Nordeste e de manterem intensa atuação política e cultural na contemporaneidade, sua presença permanece pouco explorada nos currículos escolares e praticamente inexistente como referência explícita na BNCC. Essa invisibilização não decorre apenas da ausência de conteúdos específicos, mas também de uma lógica curricular que privilegia narrativas nacionais generalizantes em detrimento das experiências locais e regionais.

É justamente nessa problemática que se insere este artigo. Parte-se do entendimento de que o currículo constitui um espaço de produção de significados, no qual diferentes projetos de sociedade disputam legitimidade. Assim, a seleção dos conhecimentos escolares não é neutra, mas resultado de relações de poder que definem quais histórias devem ser ensinadas e quais permanecem silenciadas. Nessa perspectiva, a ausência dos Potiguara na BNCC pode ser compreendida não como um simples vazio documental, mas como expressão de permanências da colonialidade na produção do conhecimento escolar, reproduzindo formas de invisibilização que afetam especialmente os povos indígenas nordestinos.

Diante dessa questão, o objetivo geral é analisar como a história indígena é apresentada na BNCC, tomando como recorte a invisibilização dos Potiguara da Paraíba. Especificamente, pretende-se: analisar as competências e habilidades relacionadas à temática indígena; discutir os pressupostos políticos e epistemológicos que orientam a construção do currículo nacional; compreender como a ausência de referências aos povos indígenas nordestinos produz formas de silenciamento curricular; e refletir sobre possibilidades pedagógicas capazes de aproximar o currículo nacional das realidades históricas locais.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na análise documental da BNCC e em revisão bibliográfica. O referencial teórico articula

ISSN: 2358-8829

os estudos críticos do currículo desenvolvidos por Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo às contribuições de Ailton Krenak, Eliane Potiguara e Juvandi de Sousa Santos, cujas reflexões problematizam a permanência de estruturas coloniais na produção do conhecimento histórico e defendem o reconhecimento das epistemologias indígenas como componentes fundamentais para uma educação comprometida com a pluralidade cultural e a justiça social.

Ao tensionar a BNCC a partir da experiência histórica dos Potiguara, este trabalho busca contribuir para o debate sobre currículo, ensino de História e educação das relações étnico-raciais, evidenciando que a valorização das histórias indígenas regionais constitui elemento indispensável para a construção de uma educação efetivamente democrática e antirracista.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE O MARCO LEGAL E AS DISPUTAS CURRICULARES

A promulgação da Lei nº 11.645/2008 representou um dos mais importantes avanços das políticas educacionais brasileiras voltadas ao reconhecimento da pluralidade étnico-cultural. Ao tornar obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica, a legislação rompeu, ao menos no plano normativo, com uma tradição curricular que historicamente privilegiou narrativas eurocêntricas e relegou os povos indígenas a uma posição periférica na formação da identidade nacional. Entretanto, como demonstram os estudos sobre currículo, a existência de uma legislação não implica, por si só, a transformação das práticas pedagógicas ou das narrativas históricas legitimadas pela escola.

Nesse sentido, a educação das relações étnico-raciais deve ser compreendida para além do cumprimento de uma exigência legal. Trata-se de um projeto político-pedagógico comprometido com a revisão crítica das formas pelas quais a história brasileira foi construída e ensinada. Como afirma Nilma Lino Gomes, a escola é um espaço privilegiado de disputa de sentidos, capaz tanto de reproduzir desigualdades quanto de promover o reconhecimento das diferenças e o combate ao racismo estrutural. No campo específico do ensino de História, essa discussão adquire relevância ainda maior. Essa perspectiva, fortemente influenciada pela historiografia oitocentista, contribuiu para a construção do imaginário do "índio do passado", entendido como personagem pertencente a um tempo encerrado pela expansão da sociedade colonial.

ISSN: 2358-8829

Para Ailton Krenak, a sociedade brasileira foi educada a compreender os povos indígenas como vestígios de um passado remoto, negando-lhes a condição de sujeitos históricos contemporâneos. Em suas reflexões, o autor denuncia que a colonialidade do pensamento permanece presente nas instituições educacionais ao estabelecer um modelo único de conhecimento, baseado em referenciais ocidentais, que reduz ou deslegitima outras formas de produzir saber.

Essas reflexões tornam-se particularmente relevantes quando observadas a partir da realidade nordestina. Durante décadas, prevaleceu na produção historiográfica a ideia de que os povos indígenas do Nordeste teriam desaparecido em decorrência da miscigenação ou da assimilação cultural. Essa interpretação foi amplamente incorporada pelos materiais didáticos e pelas práticas escolares, contribuindo para invisibilizar experiências indígenas contemporâneas. Em contraposição a essa perspectiva, Juvandi de Sousa Santos demonstra que os povos indígenas nordestinos construíram trajetórias marcadas por permanências, reorganizações políticas e afirmações identitárias, desafiando as interpretações que os restringiam ao passado colonial.

Essa discussão aproxima-se das análises de Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo, para quem o currículo deve ser entendido como um campo de disputas e de produção de significados. As autoras rejeitam a ideia de currículo como simples seleção neutra de conteúdos e argumentam que toda política curricular resulta de disputas entre diferentes projetos de sociedade, definindo quais conhecimentos serão legitimados e quais permanecerão marginalizados.

É justamente nesse ponto que se insere a hipótese central deste trabalho. Embora a BNCC incorpore o discurso da diversidade e do respeito às diferenças, sua organização curricular tende a apresentar a história indígena de forma ampla e homogênea, privilegiando categorias generalizantes em detrimento das experiências históricas concretas dos diferentes povos indígenas brasileiros. Esse movimento produz uma forma sutil de colonialidade curricular, na medida em que reconhece a existência da diversidade sem garantir visibilidade às especificidades históricas e territoriais que constituem essa mesma diversidade.

POVOS INDÍGENAS NO NORDESTE: PERMANÊNCIAS, INVISIBILIZAÇÃO E A HISTÓRIA DOS POTIGUARA DA PARAÍBA

ISSN: 2358-8829

Durante grande parte do século XX, a produção historiográfica brasileira foi marcada pela difusão da ideia de que os povos indígenas do Nordeste haviam desaparecido em decorrência da expansão colonial, da miscigenação e dos processos de assimilação cultural. Essa interpretação, fortemente influenciada por concepções evolucionistas e assimilacionistas, consolidou a imagem do indígena como um sujeito pertencente exclusivamente ao período colonial, contribuindo para a invisibilização das populações indígenas contemporâneas. Mais do que um equívoco historiográfico, essa narrativa exerceu profunda influência sobre a construção da memória nacional, sobre os currículos escolares e sobre as políticas públicas voltadas aos povos originários. A própria escrita da história brasileira desempenhou papel central nesse processo. Desde o século XIX, a constituição de uma identidade nacional esteve associada à produção de uma narrativa histórica que privilegiava a herança europeia como fundamento da civilização brasileira. Nesse contexto, os povos indígenas foram frequentemente representados como personagens da origem da nação, desaparecendo progressivamente da narrativa à medida que o país avançava em direção ao projeto de modernização. Essa construção historiográfica contribuiu para naturalizar a ideia de que os indígenas pertenciam ao passado, negando-lhes protagonismo na história contemporânea.

Essa lógica também alcançou os povos indígenas do Nordeste. Diferentemente das populações amazônicas, frequentemente reconhecidas como representantes da diversidade indígena brasileira, os povos nordestinos passaram décadas enfrentando o questionamento de sua própria identidade. A miscigenação foi utilizada como argumento para negar sua existência enquanto sujeitos coletivos, produzindo aquilo que diversos autores denominam invisibilização histórica. Tal perspectiva não apenas desconsiderava a permanência dessas populações em seus territórios tradicionais, mas também ignorava seus processos de reorganização política, resistência e reafirmação étnica.

Nas últimas décadas, entretanto, a historiografia brasileira passou por significativa renovação. Pesquisadores como João Pacheco de Oliveira demonstraram que a chamada "emergência indígena" no Nordeste não representa o surgimento de novos povos, mas a visibilização de grupos historicamente silenciados pelos processos coloniais e pelas políticas estatais de assimilação. Ao discutir os processos de etnogênese, o autor evidencia que identidade indígena não constitui uma condição fixa ou imutável, mas uma construção histórica continuamente reelaborada pelos próprios sujeitos em suas

ISSN: 2358-8829

relações com o Estado, com a sociedade envolvente e com seus territórios. Nessa mesma direção, os estudos de Juvandi de Sousa Santos têm contribuído para compreender a historicidade dos povos indígenas nordestinos a partir de suas especificidades regionais. Suas pesquisas demonstram que a resistência indígena não deve ser compreendida apenas como enfrentamento militar à colonização, mas também como um conjunto de estratégias de permanência, negociação, reorganização comunitária e afirmação identitária desenvolvidas ao longo dos séculos.

É nesse cenário que se insere a trajetória histórica dos Potiguara da Paraíba. Localizados no litoral norte do estado, principalmente nos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, os Potiguara constituem um dos povos indígenas mais numerosos do Nordeste e mantêm uma presença histórica contínua desde o período colonial. Sua relação com o território ultrapassa a dimensão econômica, constituindo elemento central de sua organização social, de suas práticas culturais e de sua memória coletiva. As disputas pela terra, longe de representarem conflitos exclusivamente contemporâneos, expressam permanências históricas iniciadas ainda durante a colonização portuguesa e intensificadas pela expansão dos engenhos, da atividade canavieira e, posteriormente, dos empreendimentos industriais instalados na região.

Essa perspectiva é igualmente desenvolvida por Eliane Potiguara, que denuncia como a violência colonial operou não apenas sobre os corpos indígenas, mas também sobre suas memórias e formas de produção do conhecimento. Para a autora, invisibilizar os povos indígenas significa impedir que suas narrativas ocupem espaços de legitimidade na sociedade brasileira, especialmente na escola. Dessa forma, a luta pelo reconhecimento curricular torna-se parte da própria luta pelo reconhecimento histórico.

A permanência dos Potiguara desafia, portanto, uma das principais narrativas construídas pela historiografia tradicional: a do desaparecimento indígena no Nordeste. Entretanto, embora essa renovação historiográfica tenha produzido importantes avanços na pesquisa acadêmica, seus impactos sobre o ensino de História permanecem limitados. Os livros didáticos e documentos curriculares continuam privilegiando abordagens amplas sobre os povos indígenas brasileiros, raramente incorporando experiências regionais específicas. Assim, produz-se um descompasso entre o conhecimento historiográfico contemporâneo e o conhecimento histórico escolar.

ISSN: 2358-8829

A HISTÓRIA INDÍGENA NA BNCC: ENTRE O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE E A GENERALIZAÇÃO CURRICULAR

A publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representou um marco na consolidação de uma política curricular nacional voltada para a definição das aprendizagens essenciais da Educação Básica. Elaborada em um contexto de intensificação das políticas de padronização curricular, a BNCC foi apresentada como instrumento capaz de garantir equidade educacional e assegurar direitos de aprendizagem comuns a todos os estudantes brasileiros. Entretanto, compreender a BNCC apenas como um documento normativo significa desconsiderar o caráter político que permeia toda política curricular. Os estudos de Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo demonstram que o currículo constitui um espaço de disputas simbólicas no qual diferentes grupos sociais negociam quais conhecimentos serão legitimados pela escola. Longe de representar uma seleção neutra de conteúdos, o currículo produz determinadas interpretações sobre a sociedade, estabelece hierarquias entre saberes e define quais narrativas ocuparão posição de centralidade na formação dos sujeitos.

Nessa perspectiva, a BNCC deve ser compreendida como um artefato político e cultural. Ao selecionar determinados conteúdos históricos, o documento também produz ausências, silêncios e invisibilidades. Como argumentam Lopes e Macedo, toda política curricular opera simultaneamente pela inclusão e pela exclusão de saberes, estabelecendo fronteiras entre aquilo que é considerado conhecimento escolar legítimo e aquilo que permanece à margem do currículo. Essa compreensão desloca o foco da análise. O problema não consiste apenas em verificar se os povos indígenas aparecem na BNCC, mas em compreender como aparecem, em quais contextos e sob quais perspectivas históricas.

A análise das competências específicas da área de Ciências Humanas e das habilidades do componente curricular História evidencia que a BNCC incorpora a temática indígena em diferentes momentos da Educação Básica. O documento propõe que os estudantes reconheçam a diversidade dos povos originários, compreendam sua participação na formação histórica do Brasil e valorizem a pluralidade cultural existente no país. Esse movimento representa um avanço quando comparado a currículos anteriores, nos quais a presença indígena era frequentemente restrita ao período da conquista portuguesa. A BNCC amplia essa abordagem ao inserir discussões sobre diversidade cultural, patrimônio, direitos humanos e cidadania.

ISSN: 2358-8829

Entretanto, uma leitura mais atenta revela limites importantes. Em grande parte das habilidades, os povos indígenas aparecem como categoria ampla e homogênea, raramente sendo identificados por suas especificidades históricas, territoriais ou culturais. Expressões como "os povos indígenas", "as populações originárias" ou "a diversidade cultural" predominam ao longo do documento, sem que haja incentivo explícito ao estudo das múltiplas experiências indígenas presentes nas diferentes regiões brasileiras. Tal configuração produz um efeito paradoxal. Ao mesmo tempo em que reconhece a diversidade como princípio educativo, a BNCC organiza essa diversidade por meio de categorias generalizantes, dificultando que professores e estudantes compreendam a pluralidade histórica existente entre centenas de povos indígenas. É justamente nesse ponto que emerge o conceito de colonialidade curricular, proposto neste artigo como categoria analítica para compreender os limites da representação indígena na BNCC. Assim, a colonialidade curricular pode ser compreendida como o processo pelo qual políticas educacionais incorporam o discurso da diversidade sem romper completamente com as estruturas coloniais de organização do conhecimento. O reconhecimento da diferença ocorre, mas dentro de limites previamente definidos pelo próprio currículo nacional. No caso da BNCC, essa lógica torna-se evidente quando se observa a ausência de referências às experiências históricas dos povos indígenas nordestinos. Os Potiguara da Paraíba, apesar de constituírem um dos povos indígenas mais numerosos e politicamente organizados da região, não aparecem como referência para o desenvolvimento das habilidades propostas pelo documento.

Nessa perspectiva, a invisibilização dos Potiguara não decorre simplesmente de uma omissão documental, mas de uma forma específica de organização curricular que privilegia narrativas nacionais em detrimento das experiências históricas territorializadas. Se o currículo constitui um campo de disputas, ele também pode tornar-se espaço de resistência. É nesse sentido que este trabalho propõe a noção de currículo territorializado como possibilidade de enfrentamento da colonialidade curricular. Entende-se por currículo territorializado uma prática pedagógica capaz de articular as competências previstas na BNCC às experiências históricas concretas do território onde a escola está inserida. Não se trata de substituir o currículo nacional por conteúdos locais, mas de reinterpretar as orientações da BNCC a partir das especificidades históricas, culturais e sociais da comunidade escolar. No contexto paraibano, isso significa reconhecer que ensinar História Indígena não pode restringir-se

às narrativas sobre a chegada dos portugueses ou às sociedades indígenas do período colonial. Significa incorporar a trajetória dos Potiguara como parte constitutiva da história da Paraíba e da formação do Brasil, evidenciando seus processos de resistência, suas lutas territoriais, suas práticas culturais e sua atuação política contemporânea.

CURRÍCULO TERRITORIALIZADO E ENSINO DE HISTÓRIA: OS POTIGUARA COMO POSSIBILIDADE DE REINTERPRETAÇÃO DA BNCC

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho demonstrou que a abordagem da história indígena na Base Nacional Comum Curricular apresenta um paradoxo. Ao mesmo tempo em que o documento incorpora o discurso da diversidade e reconhece a importância dos povos indígenas para a formação da sociedade brasileira, organiza esse reconhecimento por meio de categorias amplas e generalizantes que pouco dialogam com a pluralidade histórica existente no território nacional. Tal característica evidencia os limites de um currículo nacional que, embora estabeleça direitos de aprendizagem comuns, não contempla de forma suficiente as especificidades históricas e culturais das diferentes regiões do país. Entretanto, reconhecer tais limites não significa compreender a BNCC como um documento incapaz de promover uma educação antirracista. Como argumentam Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo, toda política curricular constitui um processo aberto de produção de significados, sendo permanentemente reinterpretada pelos diferentes sujeitos envolvidos na prática educativa. Isso significa que o currículo prescrito não determina, por si só, aquilo que efetivamente será ensinado nas escolas. Entre o texto oficial e a prática pedagógica existe um amplo espaço de mediação ocupado pelos professores, pelos sistemas de ensino e pelas comunidades escolares.

É justamente nesse espaço que se insere a proposta de um currículo territorializado, compreendido neste artigo como uma perspectiva de organização do ensino capaz de articular as orientações da BNCC às experiências históricas, sociais e culturais do território onde a escola está inserida. Diferentemente de uma fragmentação curricular ou da substituição dos conteúdos nacionais por conteúdos locais, trata-se de compreender que a aprendizagem histórica torna-se mais significativa quando dialoga com a realidade vivida pelos estudantes, reconhecendo os sujeitos históricos presentes em seu cotidiano. No contexto paraibano, essa perspectiva implica reconhecer que a história dos Potiguara não constitui um conteúdo complementar ou periférico, mas parte

ISSN: 2358-8829

integrante da formação histórica do estado e, consequentemente, da própria história do Brasil. Inserir essas experiências no ensino de História significa romper com a narrativa que restringe os indígenas ao período colonial e reconhecer sua atuação como sujeitos históricos do tempo presente. No âmbito do ensino de História, isso implica ampliar o repertório de fontes históricas utilizadas em sala de aula. Além dos documentos escritos tradicionalmente privilegiados, podem ser incorporados relatos orais, narrativas produzidas por lideranças Potiguara, produções literárias indígenas, registros audiovisuais, cartografias sociais, documentos produzidos pelas organizações indígenas e estudos acadêmicos desenvolvidos em parceria com as comunidades.

Outra possibilidade consiste na valorização da história local como eixo estruturador do processo de ensino-aprendizagem. O estudo das aldeias Potiguara, das disputas pela demarcação territorial, das festas tradicionais, das práticas culturais e das relações estabelecidas entre comunidades indígenas e municípios vizinhos permite aproximar o currículo da realidade dos estudantes paraibanos. Essa aproximação fortalece o sentimento de pertencimento ao território, amplia a compreensão da diversidade cultural e contribui para desconstruir estereótipos ainda presentes no imaginário social sobre os povos indígenas. Ensinar a história dos Potiguara não significa apenas cumprir uma determinação legal prevista na Lei nº 11.645/2008, mas reconhecer que o currículo escolar desempenha papel decisivo na construção das memórias coletivas e das identidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a abordagem da história indígena na Base Nacional Comum Curricular, tomando como recorte a ausência de referências aos povos Potiguara da Paraíba e seus desdobramentos para a efetivação da Lei 11.645/2008 no ensino de História. Partiu-se da compreensão de que o currículo escolar não constitui um instrumento neutro de organização dos conteúdos, mas um espaço de disputas políticas, culturais e epistemológicas que define quais sujeitos, memórias e experiências históricas são legitimados pela escola.

A análise evidenciou que, embora a BNCC represente um avanço ao reconhecer a diversidade étnica e cultural brasileira e incorporar a temática indígena entre as aprendizagens essenciais da Educação Básica, o documento ainda apresenta uma abordagem predominantemente generalizante. Ao privilegiar categorias amplas, como

"povos indígenas", sem considerar suas especificidades territoriais e históricas, o currículo tende a invisibilizar experiências locais, especialmente aquelas relacionadas aos povos indígenas do Nordeste. Nesse contexto, a ausência dos Potiguara não deve ser compreendida como simples omissão documental, mas como expressão de uma lógica curricular que ainda reproduz permanências da colonialidade na seleção e organização do conhecimento histórico escolar.

Por fim, entende-se que a consolidação de uma educação antirracista exige mais do que a inclusão formal da temática indígena nos documentos curriculares. É necessário promover uma revisão crítica das narrativas históricas que sustentam o ensino de História, ampliando o espaço destinado às experiências, às memórias e aos conhecimentos produzidos pelos próprios povos indígenas. Espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento desse debate, especialmente no contexto paraibano, estimulando novas investigações sobre currículo, história regional e ensino de História, bem como a produção de materiais didáticos que contemplem a presença histórica e contemporânea dos Potiguara na formação da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília, DF: MEC, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2019.

SANTOS, Juvandi de Sousa. **Cultura material e imaterial, povos indígenas da Paraíba e história local: uma coletânea de textos didáticos.** Campina Grande/Queimadas: Cópias & Papéis, 2019.